



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638391 - SP (2021/0000626-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DOUGLAS TEODORO FONTES E OUTROS
ADVOGADOS : DOUGLAS TEODORO FONTES - SP222732
MARCELO LEAL DA SILVA - SP268285
FRANCIELI FAZAN GARCIA - SP394830
GABRIELLA MURARI POSSETI - SP391958
RENAN ANTON DEL MOURO - SP451076
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME LAUER DE OLIVEIRA (PRESO)
CORRÉU : VINICIUS FAVARO DE ANDRADE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de GUILHERME LAUER DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N.0004574-87.2018.8.26.0664).

O paciente foi condenado em segunda instância pelo crime tipificado no art. 33, caput, e 44, inciso III da Lei 11.343/2006, com pena de 6 anos e 600 dias multa a ser cumprido em regime fechado.

O impetrante alega que se enquadra na Recomendação CNJ n. 62/2020, razão pela qual faz jus à prisão domiciliar. Ainda, afirma a desproporcionalidade do cumprimento em regime fechado e a falta de fundamentação na dosimetria da pena.

Requer, ainda, a aplicação do enunciado da ADPF 347, alínea "D", de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que sugere: "d) regime domiciliar a presos por crimes cometidos sem violência ou grave ameaça".

Pelo exposto, pugna pela concessão de liminar para que seja determinado o regime domiciliar. No mérito, requer a diminuição da pena ao mínimo legal e regime inicial semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, pois limitou-se apenas a evocar a Recomendação CNJ n. 62/2020, sem comprovar qual seria a sua condição e por quais motivos integraria o grupo de risco, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 968):

Inicialmente, nenhum documento foi acostado aos autos para demonstrar o efetivo risco imposto à saúde do requerente.

Afora isso, de forma reiterada, esta Câmara de Direito Criminal tem decidido que a invocação da pandemia do CORONAVÍRUS ou da Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça não são atores que, por si só, autorizam a colocação do réu em liberdade. É imperiosa a demonstração de integrar grupo de risco e a impossibilidade de tratamento adequado no estabelecimento prisional em que se encontra recolhido, delineando, assim, um risco real e concreto, maior que o suportado pela sociedade que convive no ambiente externo. Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do AgRg. no HC nº 561993-PE, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJ de 28.04.2020.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

No que diz respeito à suposta desproporcionalidade do regime inicial fechado e a falta de fundamentação na dosimetria, entendo que os argumentos não devem prosperar.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente